

# Aproximações na história do jornalismo: as relações de acontecimentos e as reportagens<sup>1</sup>

Antonio Hohfeldt  
Eduardo Comerlato

## Resumo:

A partir de uma fundamentação teórica com base nos estudos dos gêneros jornalísticos, o artigo tratou de investigar as características de dois formatos noticiosos que se encontram em pontos opostos da história do jornalismo: as *relações de acontecimentos*, pequenos panfletos avulsos que se tornaram populares principalmente nos séculos XVI e XVII; e as *reportagens*, que hoje habitam os meios de comunicação ao nosso redor. Este trabalho foi complementado por uma revisão bibliográfica acerca da história das notícias impressas e por uma análise empírica, metodologicamente fundada na teoria dos gêneros jornalísticos, em um exemplar das *relações de acontecimentos*: a *Relação do naufrágio da Nau Conceição*, publicada em Lisboa, na década de 1550. Assim, buscou-se observar as similaridades conceituais e possíveis conexões temporais para aproximar as qualidades destes formatos.

**Palavras-chave:** História do jornalismo. Relações de acontecimento. Reportagem.

## Approaches in the history of journalism: the relations and the reportages

### Abstract:

From a theoretical research based on studies of journalistic genres, the article sought to investigate the characteristics of two news formats that are found at opposite points in the history of journalism: the *relations*, small pamphlets that became popular mainly in the 16th and 17th centuries; and the *reportages*, which today inhabits the media around us. This work was complemented by a bibliographical review on the history of printed news, in addition to an empirical analysis, methodologically founded on the theory of journalistic genres, of a relation called *Relação do naufrágio da Nau Conceição*, printed in Lisbon, during the decade of 1550. Thereby, we searched out to observe conceptual similarities and possible temporal connections to bring together the attributes of these formats.

**Keywords:** History of journalism. Relations pamphlets. Reportage.

Recebido em: 31.10.22  
Aprovado em: 02.01.24

### Antonio Hohfeldt

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui mestrado e doutorado em Linguística e Letras pela PUCRS.

E-mail: [a\\_hohfeldt@yahoo.com.br](mailto:a_hohfeldt@yahoo.com.br)

### Eduardo Comerlat

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui graduação em Jornalismo pela PUCRS e mestrado em Ciências da Comunicação/Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

E-mail: [educomerlato@hotmail.com](mailto:educomerlato@hotmail.com)

<sup>1</sup> Este artigo foi ampliado a partir de um resumo apresentado no GP Gêneros Jornalísticos do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O trabalho completo não foi publicado nos anais do evento.

Estudos em Jornalismo e Mídia  
v. 20, n. 2, jul./dez. 2023.  
ISSNe 1984-6924

## Introdução

**N**os estudos da história do jornalismo, há um formato narrativo que ocupa um posto muito importante no que concerne aos primórdios da imprensa ocidental: as *relações de acontecimentos*. Enquanto pequenos panfletos, estes relatos de produção ocasional adquiriram popularidade ao narrar acontecimentos considerados relevantes na cultura da Idade Moderna, espalhando-se por diversos territórios da Europa e da América Colonial. Como uma de suas principais características, as *relações* buscavam esmiuçar, com muitos detalhes e toques literários, apenas um evento por publicação, o que garantia profundidade para se explicar as causas e consequências de cada acontecimento. Nesse sentido, este gênero editorial, produzido e impresso artesanalmente por livreiros em oficinas tipográficas, ocupou uma posição de destaque no mercado da informação dos séculos XVI e XVII, diferenciando-se dos *avisos*, *gazetas* e *mercúrios*, formatos que buscavam resumir diferentes acontecimentos, com relatos breves, em uma mesma impressão.

Diante disso, o presente trabalho deseja comparar as *relações de acontecimentos* com um formato da contemporaneidade que, de certa maneira, apresenta muitas similaridades por conta de seu interesse em se aprofundar nas narrativas dos eventos, que são as reportagens. Para realizar esta investigação, primeiramente abordaremos os conceitos referentes aos estudos históricos dos gêneros jornalísticos; então, contextualizaremos as particularidades das *reportagens* e das *relações de acontecimentos*, descrevendo os formatos, as suas épocas de popularização e seus modos de produção. Nesse contexto, um exemplar das *relações de acontecimentos* será analisado: a *Relação do naufrágio da Nau Conceição*, publicação feita em Lisboa, na década de 1550. Isso nos permitirá um maior aprofundamento na comparação das categorias, buscando por atributos capazes de conectar as origens destes formatos informativos.

## Estudos dos gêneros jornalísticos

Em uma perspectiva histórica, o primeiro autor a refletir sobre a finalidade e as formas discursivas do que hoje entendemos como jornalismo foi Tobias Peucer (2004) que, em 1690, publicou, na Universidade de Leipzig, uma tese intitulada *Os relatos jornalísticos*. Nela, o autor dedicou-se a explicar uma nova forma narrativa que havia surgido nos séculos anteriores, baseada na informação das *novellae* (notícias) e *relationes* (relatos ou relações). Para ele, a publicação de textos noticiosos se configurava como uma forma de fazer história voltada ao momento presente, independentemente de a produção dos relatos ser feita de maneira periódica ou ocasional, como podia ocorrer em sua época. Assim, ele se tornou o *progenitor das teorias do jornalismo*, como entende Sousa (2004), justamente por compreender que, nestes relatos sobre acontecimentos recentes, havia um “gênero funcional de escrita” (Peucer, 2004, p. 17), produzido para lucrar por meio da venda de informação, em uma categoria textual que havia sido afeiçoada por diferentes povos europeus, como os itálicos, os gauleses, os belgas e os germânicos. O emergente estilo informativo, que proliferava em escala surpreendente, desenvolveu-se nas prensas tipográficas juntamente a outros formatos discursivos e literários, tornando-se um gênero textual de sucesso na *imprensa popular* dos primórdios da Idade Moderna (Chartier, 1994).

Apesar das contribuições de Peucer (2004) e de outros autores ocidentais que publicaram suas investigações durante os séculos XVIII e XIX, foi somente na década de 1960 que o termo *gêneros jornalísticos*, no plural, se consolidou no campo acadêmico e formou uma verdadeira base teórica. De acordo com Parratt (2008), isso aconteceu por meio de Jacques Kayser (1961), francês que ministrou disciplinas no Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL) e, de forma notável, promoveu o seu próprio estilo de investigação por meio do estudo das estruturas do jornalismo:

Uma das novidades mais significativas dos trabalhos de Kayser foi a sua proposta de estudar um periódico ao dissecá-lo, medindo os textos por meio da classificação de gêneros jornalísticos. O objetivo dessa classificação não era tanto a distinção das técnicas jornalísticas quanto a identificação do material publicado, mas, para realizá-la, ele estabeleceu uma tipologia perfeitamente estruturada. Foi, de fato, a classificação mais completa até aquele momento, feita por um estudioso do jornalismo impresso (Parratt, 2008, p. 51, tradução nossa<sup>2</sup>).

Ao esmiuçar o conteúdo dos jornais, o autor identificou o que poderíamos classificar como diferentes estilos textuais da imprensa cotidiana, na que é considerada a primeira sistematização da teoria dos gêneros jornalísticos. Com isso, a sua classificação inicial se dividiu em duas categorias: o gênero *informativo*, no qual se imprimiam o relato de fatos, sem juízo de valor por parte dos jornalistas; e o gênero *opinativo*, caracterizado pela publicação de artigos de opinião (assinados ou anônimos), textos editoriais e seções de tribuna livre. Alguns anos depois, em 1964, o autor adicionou dois novos gêneros ao seu sistema de classificação, sendo um deles o das *informações-artigos*, que eram textos capazes de mesclar informação e “matérias resultantes de pesquisa, acrescidas de explicações dada pelos jornalistas para seu melhor entendimento” (Marques de Melo, 2012, p. 225); ou seja, uma estratégia próxima ao que hoje chamamos de *jornalismo interpretativo*, segundo Parratt (2008). A outra categoria adicionada foi intitulada *miscelânea*, sendo composta por folhetins, contos, histórias em quadrinhos, cartas de assinantes e serviços de utilidade pública, aproximando-se do *jornalismo diversional e utilitário* da atualidade (Marques de Melo, 2012).

Da constatação de Peucer (2004) de que as notícias possuíam formas e um estilo textual próprio, até as classificações detalhadas por Kayser (1961), capazes de compreender o jornalismo por meio de suas estruturas e propósitos, interessamos a percepção de que os textos produzidos pelas mídias informativas podem ser classificados em categorias:

Quando falamos de gêneros, costumamos associar esse termo a cada uma das diferentes classes ou categorias em que os textos ou as obras literárias podem ser arrançados com base em características comuns de forma e conteúdo, ou seja, suas normas e convenções que incluem leis discursivas próprias, linguagem e certos recursos linguísticos obrigatórios. Da mesma forma, a comunidade científica tende a concordar que os gêneros não são cânones estáticos e invariáveis, mas sistemas de referência ou modalidades discursivas que se modificam porque estão em constante evolução. Aprofundando-nos no campo do jornalismo, encontramos no ex-jornalista e professor Juan Gargurevich uma definição simples e, ao mesmo tempo, clara dos gêneros jornalísticos: são “formas que busca o jornalista para se expressar, devendo fazê-lo de maneira diferente, dependendo sobre a circunstância da notícia, seu interesse e, sobretudo, o objetivo de sua publicação (Parratt, 2008, p. 15-16, tradução nossa<sup>3</sup>).

No campo do discurso, Patrick Charaudeau (2019) considera que um “gênero é constituído pelo conjunto de características de um objeto e constitui uma classe à qual o objeto pertence” (Charaudeau, 2019, p. 204), o que faz com que qualquer outro objeto com as mesmas características passe a integrar a mesma classe. Desse modo, o autor entende que o jornalismo, assim como qualquer outra categoria textual, pode apresentar instâncias classificatórias dos textos provenientes das mídias informativas, nas quais devem ser levados em consideração um verdadeiro entrecruzamento de características, como o *lugar de construção de sentido*, o *grau de generalidade das características das classes* e o *modo de organização discursiva*, relacionando-se, também, com a *instância enunciativa*, o *conteúdo* e o *dispositivo* responsável por transmitir a mensagem.

No Brasil, um dos expoentes da temática dos gêneros jornalísticos é José Marques de Melo (2020), que argumenta sobre a necessidade de descrever as peculiaridades da mensagem, como a *forma*, o *conteúdo* e a *temática*, bem como as *relações socioculturais e político-econômicas* que conectam o *emissor* ao *receptor*. A partir de

<sup>2</sup> Una de las novedades más significativas de los trabajos de Kayser fue su propuesta de estudiar un periódico diseccionándolo y midiendo sus textos mediante la clasificación por géneros periodísticos. El objetivo de esta clasificación no era tanto la distinción de técnicas periodísticas como la identificación del material publicado, pero para llevarla a cabo estableció una tipología perfectamente estructurada. Se trataba, de hecho, de la tipología más completa que se conoce aportada hasta ese momento por un estudioso del periodismo impreso.

<sup>3</sup> Al hablar de géneros solemos asociar este término a cada una de las distintas clases o categorías en que se pueden ordenar los textos u obras literarias sobre la base de unas características comunes de forma y contenidos, es decir, unas normas y convenciones que incluyen leyes discursivas propias y ciertos rasgos lingüísticos obligatorios. De igual modo, la comunidad científica suele coincidir en considerar que los géneros no son cánones estáticos e invariables, sino sistemas de referencia o modalidades discursivas que se modifican porque están en un proceso de constante evolución. Adentrándonos en el terreno del periodismo, encontramos en el experiodista y profesor Juan Gargurevich una definición sencilla y a la vez clara de los géneros periodísticos: son “formas que busca el periodista para expresarse, debiendo hacerlo de modo diferente, según la circunstancia de la noticia, su interés y, sobre todo, el objetivo de su publicación.

uma perspectiva histórica, o autor entende que há duas categorias discursivas do jornalismo que remontam aos primórdios da prática e se mantêm hegemônicas até os dias de hoje: o *gênero informativo*, surgido no século XVII; e o *gênero opinativo*, proveniente do século XVIII. Nesse sentido, diversos pesquisadores da história do jornalismo, entre eles George Weill (1962), tendem a opor dois modelos da Idade Moderna que incorporam essas características: o *modelo francês*, também chamado de *modelo continental* (Dooley e Baron, 2001), reconhecido pelo relato de acontecimentos e potenciais ligações às monarquias locais, com controles e censuras como ocorria com *La Gazette* (1631); e o *modelo inglês*, marcado pela opinião, pela imprensa partidária e pela liberdade de expressão, com “autores como Daniel Defoe, Joseph Addison e Jonathan Swift” (Weill, 1962, p. 43<sup>4</sup>).

Essa configuração histórica também é identificada por Parratt (2008) no momento de compreender os propósitos das mais variadas publicações jornalísticas. Segundo ela, para a completa compreensão dos gêneros noticiosos, faz-se necessário lembrar, inicialmente, que “o jornal tem duas funções primordiais, a de informar sobre os fatos e a de opinar sobre eles, o que é executado através de textos que, de acordo com essas características, recebem a denominação de um gênero ou de outro” (Parratt, 2008, p. 17). Entretanto, tais classificações deixaram de lado essa dualidade para ganhar novas interpretações com o passar dos anos, especialmente a partir da década de 1980, quando a teoria dos gêneros jornalísticos passou a ser constantemente atualizada por modelos emergentes.

### Classificando o formato reportagem

Em estudo classificatório referente ao atual cenário comunicacional no Brasil, Marques de Melo e Assis (2016) trataram de expandir a visão dos gêneros jornalísticos, não somente através da adição de novas categorias, inspiradas em pesquisas recentes, como também por meio da introdução dos *formatos jornalísticos*. Em suas palavras, trata-se do “feitio de construção da informação transmitida pela mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica” (Marques de Melo; Assis, 2016, p. 50). Com isso, a constituição dos *formatos* ocorre por meio de divisões identificadas por “normatizações que estabelecem parâmetros estruturais para cada forma, os quais incluem aspectos textuais e, também, procedimentos e particularidades relacionados ao *modus operandi* de cada unidade” (Marques de Melo; Assis, 2016, p. 50).

A classificação proposta pelos autores segmentou o discurso jornalístico da atualidade em cinco categorias principais, os gêneros *informativo*, *opinativo*, *interpretativo*, *diversional* e *utilitário*, cada qual subdividido em seus respectivos formatos. No caso da categoria informativa, formou-se uma divisão baseada nos formatos *nota*, *notícia*, *reportagem* e *entrevista*, cuja diferença consta “exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e a acessibilidade de que goza o público” (Marques de Melo, 2020, p. 159). Para os autores, a nota é o relato sobre acontecimentos que ainda estão em processo de configuração, enquanto a notícia é um relato integral sobre um fato que já eclodiu na sociedade. Já a reportagem, por sua vez, pode ser compreendida como “o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações perceptíveis” (Marques de Melo; Assis, 2016, p. 51).

Por se tratar de um *relato ampliado*, Marques de Melo (2020b) argumenta que a *reportagem* deve ser capaz de contextualizar os antecedentes, os desdobramentos e os ingredientes noticiosos do acontecimento abordado, tratando-se do “aprofundamento dos fatos de maior interesse público, que exigem descrições do repórter sobre o modo, o lugar e o tempo, além da captação das versões dos agentes” (Marques de Melo, 2020b, p. 215). Junto aos antecedentes, Erbolato (2020) também entende que a *reportagem* exige uma humanização para produzir um certo sentido durante o

<sup>4</sup> A separação entre o modelo inglês e o francês está sendo revisitada por autores como Espejo (2012), que entendem que a divisão impede uma visão ampla dos fenômenos jornalísticos da Idade Moderna, comprometendo a sua interpretação histórica e metodológica. Para a autora, é preciso ter uma visão da complexidade das relações sociopolíticas do período, que permitiu o surgimento de uma rede de informação que englobou toda a Europa.

relato, a ponto de impactar e, potencialmente, emocionar o leitor<sup>5</sup>. Isso também é compartilhado por Charaudeau (2019), que entende que a *reportagem* deve aderir a um caráter de observação e descrição ao tentar explicar um fenômeno social ou político. Em contrapartida, essa característica permite o uso de recursos como o relato de testemunhos, a reconstituição detalhada do acontecimento e outras estratégias de sedução e dramatização, que estão presentes no formato desde a sua consolidação nos diários populares do século XIX e nas revistas norte-americanas da década de 1920, como *Time*, *Life* e *Paris Match* (Díaz Noci, 2000, p. 138).

Para além dessas características, Parratt (2008) entende que as *reportagens* compartilham duas funções primordiais: a *informativa* e a *interpretativa*. Isso ocorre dado que estas matérias “costumam se aprofundar e, inclusive, explicar e analisar fatos atuais” (Parratt, 2008, p. 122), concedendo aos autores uma maior liberdade estrutural e expressiva, possivelmente sendo assinadas e acompanhadas de fotografias ou infográficos. Segundo a autora, essas qualidades colocam o *formato* na fronteira entre a *informação* e a *interpretação*, o que permitiria uma divisão em dois *subformatos*: a *reportagem objetiva*, geralmente pouco extensa e levemente analítica, em colunas de *perfil*, *obituário* e *economia* (contextualizando a queda do salário-mínimo, por exemplo); e a *reportagem interpretativa*, também chamada de *reportagem em profundidade* ou *grande reportagem*, capaz de colocar o leitor no local de acontecimento por meio de textos amplos, analíticos e interpretativos:

Se diz que é em profundidade porque aborda os antecedentes, contextualiza, analisa os fatos até chegar ao fundo, prevê seu alcance e possíveis consequências e conta, de forma definitiva, “não somente o que passou, como também o que ocorreu dentro do que aconteceu”. Como indica a sua própria denominação, a sua função é altamente interpretativa, mas isenta das valorizações que existem nas crônicas e as opiniões dos artigos. Desse modo, o repórter analisa e o leitor tira as suas próprias conclusões. E, logicamente, o envolvimento do autor é muito maior que na reportagem objetiva, uma vez que o seu cunho pessoal é muito mais evidente (Parratt, 2008, p. 124, tradução nossa<sup>6</sup>).

Com um raciocínio similar, Martín Vivaldi (1981) identifica que garantir profundidade significa, também, interpretar e orientar acerca dos fatos, uma vez que os acontecimentos “não são fenômenos isolados, mas sim parte de um contexto histórico e cultural” (Martín Vivaldi, 1981, p. 103), com circunstâncias que apresentam antecedentes, uma significação humana, um alcance e uma interpretação. De forma complementar, López Hidalgo (2009) argumenta que isso faz com que as produções do *gênero informativo* também possam, de fato, estampar um caráter *informativo-interpretativo*, como no caso das *reportagens*, que muitas vezes surgem para complementar uma notícia previamente publicada, assim como para trazer uma informação inédita sobre um evento.

Por conta disso tudo, podemos encontrar na relação entre a *informação* e a *interpretação* uma característica fundamental de distinção entre a *notícia* e a *reportagem*:

Na passagem de um jornalismo puramente informativo para um jornalismo interpretativo, as linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia registra o aqui, o já, o acontecer, a reportagem interpretativa determina um sentido desse aqui num círculo mais amplo, reconstitui o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da complementação de fatos que situem ou interpretem o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato, a grande reportagem é a interpretação do fato jornalístico (Leandro; Medina, 2020, p. 70-71).

Ao presente trabalho, surge o entendimento de que a *reportagem* amplia as suas particularidades quando desenvolvida em seu tipo secundário da *grande reportagem*, justamente por aprofundar as suas características interpretativas, mas sem renunciar o lado informativo, o qual acompanha o jornalismo desde os seus

<sup>5</sup> Segundo Erbolato (2020, p. 105), “humanizar uma história seria, também, enquadrar o personagem de um acontecimento no mesmo cenário da maioria dos leitores. Se um homem foi encontrado morto, assassinado ou atropelado, o jornal poderia mostrar que ele era um mecânico que, nas suas horas de folga, nos sábados e domingos, ajudava as crianças, suas vizinhas, a construírem carrinhos feitos com tábuas de caixotes”.

<sup>6</sup> Se dice que es en profundidad porque aporta antecedentes, contextualiza, analiza los hechos hasta llegar al fondo, prevé su alcance o posibles consecuencias y cuenta, en definitiva, “no solamente lo que pasa, sino lo que pasa por dentro de lo que acontece”. Como indica su propia denominación, su función es altamente interpretativa pero exenta de las valoraciones que contiene la crónica y de las opiniones del artículo. De este modo, el reportero analiza y el lector saca sus propias conclusiones. Y lógicamente, la implicación del autor es mucho mayor que en el reportaje objetivo porque su sello personal está mucho más patente.

primórdios. Esse gancho conceitual, então, nos permite realizar uma conexão histórica com as *relações de acontecimentos*, um gênero que surgiu em um período no qual o termo *reportagem* sequer tinha sua conotação atual.

### O resgate histórico das relações

Em estudo sobre a popularização da tipografia nos primórdios da Idade Moderna, Febvre e Martin (2019) identificam que, ainda no século XV, algumas décadas após a invenção da prensa de tipos móveis, uma *literatura de informação*, antepassada de nossos jornais, surgiu em diferentes regiões europeias, por meio de “relatos de toda espécie, anunciando a passagem de cometa, descrevendo festas, narrando a entrada solene de um soberano em uma cidade, dando conta de uma batalha” (Febvre; Martin 2019, p. 396). Desse modo, essas peças soltas, em forma de *folhas-volantes* ou *panfletos*, tornaram-se capazes, por exemplo, de permitir “aos franceses conhecer os feitos de seu rei na Itália e as vitórias de seu exército, aos alemães seguir as peripécias da eleição imperial” (Febvre; Martin, 2019, p. 396).

Com um olhar retrospectivo para a produção ocasional destes relatos informativos que se popularizaram nos séculos XVI e XVII, identificou-se que eles podiam assumir diferentes formas discursivas. Os dois modelos não periódicos mais famosos eram o dos avisos, que compilavam relatos curtos de diferentes acontecimentos em uma mesma publicação; e as *relações de acontecimentos*, narrações com um discurso canônico de características historiográficas e literárias, tratando de apenas um evento por impressão.

No que concerne às *relações*, nota-se que, apesar do uso das línguas vulgares de cada região, o que criava barreiras linguísticas, considera-se o gênero enquanto um fenômeno pan-europeu (Ettinghausen, 2015), dado que ele podia ser encontrado nos quatro cantos do Velho Continente, sob diferentes denominações: *news pamphlets*, na Inglaterra; *Neue Zeitungen*, na Alemanha; *occasionnels* e *canards*, na França; e *relaciones/relation/relação*, na Espanha, Itália e Portugal. Junto à diferença terminológica, também há uma compreensão de que o fenômeno teve manifestações temporais distintas em cada região. Na Europa Central, os formatos informativos não periódicos persistiram até meados do século XVII, enquanto em Portugal, Espanha e suas colônias, a sua popularidade persistiu até o século XIX, “evoluindo por conta própria até se confundir com a chamada literatura popular ou sublitteratura” (Espejo, 2012, p. 107), mas sem perder a vocação informativa com a qual havia nascido.

De maneira notável, as principais características do gênero editorial<sup>7</sup> das *relações de acontecimentos* são o seu caráter monotemático, ou seja, a narração limitada a um grande acontecimento; a ausência de periodicidade; e a profundidade do relato, com uma extensão capaz de variar de quatro até mais de quarenta páginas. Essas particularidades, por sinal, diferenciavam as *relações* dos outros formatos noticiosos da Idade Moderna, dado que os *avisos* e as *gazetas*<sup>8</sup>, por exemplo, faziam uma compilação de diversos acontecimentos e, por isso, tinham discursos resumidos e enxutos, distribuídos ao longo de poucas páginas.

Em estudo classificatório, Infantes (1996) propôs uma sistematização para melhor entendimento das *relações de acontecimentos*, que para ele era obrigatoriamente um *gênero impresso*. Apesar do fenômeno das notícias manuscritas existir em larga escala na época, a característica da impressão implicava uma consciência, por parte dos autores, de que havia um interlocutor imediato, exemplificado pelo fato de que, enquanto os textos manuscritos costumavam ser destinados a receptores únicos ou grupos específicos, a tipografia permitia alcançar “um leitor generalizado e anônimo” (Infantes, 1996, p. 208). Isto é, havia a noção de um *público* e, conseqüentemente, isso formava um *mercado editorial*, proporcionando um estilo de escrita informativa com preocupação acerca dos conteúdos (por exemplo, quais assuntos poderiam interessar mais aos leitores) e projetava a ideia de imediatez na

<sup>7</sup> Nos estudos ibéricos, é comum a classificação de gênero editorial para descrever as relações de acontecimentos por conta de sua produção ocorrer em oficinas tipográficas, através do trabalho de livreiros. Isto é, panfletos que surgiam em meio à edição de livros, configurando-se como um produto editorial, segundo Infantes (1996).

<sup>8</sup> Enquanto o caráter de compilação de acontecimentos é igual nas *gazetas* e nos *avisos*, a diferença entre os dois gêneros está em sua produção: os *avisos* eram ocasionais, e as *gazetas*, geralmente, *periódicas*.

hora de difundir os fatos. Por essas razões, as *relações* podem ser consideradas enquanto um “texto sobre um tema histórico concreto com uma intencionalidade de transmissão por meio do processo editorial” (Infantes, 1996, p. 208), o que implicava uma consciência de informação dos autores, que escreviam para um leitor geral ou massivo, implícito durante a produção.

Diante disso, Infantes (1996) identifica cinco elementos que definem o gênero das *relações*: 1) o *assunto*, necessariamente no âmbito do acontecimento histórico geral e/ou particular, com um núcleo objetivo de veracidade histórica e usualmente combinando o real com o extraordinário; 2) a *intenção*, basicamente informativa, com uma certa imediatez e consciência por parte do autor, “ainda que essa função implique que a relação poderia ser usada como controle de informação, enquanto um dos instrumentos de poder para difundir um conhecimento seletivo” (Infantes, 1996, p. 209), o que era bastante comum em épocas de guerra, por exemplo; 3) a *autoria*<sup>9</sup>, categoria que se divide em relações assinadas por autores, que possuíam uma produção mais ou menos literária, e publicações anônimas, muitas vezes com uma simples menção do transmissor da informação principal e dos testemunhos, justamente para dar veracidade ao relato; 4) o *texto*, essencialmente em prosa<sup>10</sup> e com retórica informativa, podendo utilizar tanto a primeira, quanto a terceira pessoa, junto a elementos autobiográficos e técnicas epistolares, além do evidente caráter de relato; e 5) a *impressão*, subdividida nas seguintes qualidades editoriais: o formato (usualmente no tamanho *in-quarto*, com dimensões aproximadas de 13,5 cm x 19 cm); o frontispício (página frontal estampada por gravuras, adornos, brasões e textos em destaque, como o nome dos tipógrafos, a licença de impressão e outras informações); o título (comumente extensos, mas que já apresentavam a ideia de resumir os dados essenciais do conteúdo, com o uso do termo relação, seguido por adjetivos que traziam fatos atrativos, como os termos *nova*, *novíssima*, *verdadeira*, *real*, *extraordinária* e outros); a disposição tipográfica (texto organizado geralmente em uma coluna e com uma única fonte de impressão, além do uso de capitulares); o uso de gravuras para representar os acontecimentos (raro, mas que podia ocorrer por meio de xilogravuras ou gravados em metal); e a extensão das notícias (usualmente entre 4 até mais de 40 páginas).

Com base nessa classificação, Infantes (1996) resume o gênero da seguinte forma:

Talvez com o desenvolvimento destas divagações possamos pensar que uma *relação* é um impresso breve de caráter informativo não periódico e, a partir de então, a combinação destes elementos indicados define sua condição editorial, desde a sua pertença genérica mais ou menos codificada por onde entra a poética, ao seu controle administrativo que limita o seu conteúdo ao desenvolvimento comercial de sua difusão (Infantes, 1996, p. 211, tradução nossa<sup>11</sup>).

Aqui, manifestamos uma pequena divergência com o uso do termo *breve*. Nota-se que o adjetivo foi escolhido pelo autor para contextualizar a produção das *relações* no que concerne ao trabalho do escritor em articular o relato em uma determinada paginação; ou seja, o processo de captação do acontecimento abordado e a sua confecção narrativa. Apesar da conjuntura fazer sentido, entendemos que isso não significa que o relato, em si, era *breve*, ainda mais se considerarmos o detalhamento de suas informações e a capacidade de ocupar dezenas de páginas. Afinal, assim como as *reportagens* de hoje, as *relações* estampavam relatos ampliados, apresentando antecedentes, interpretações, causas e consequências, além de uma evidente humanização dos personagens e a reconstituição de cenas, geralmente de forma cronológica, parecendo-se com o que Martín Vivaldi (1981, p. 71) chama de “*reportagem cronológica*”, ordenada com um começo, um desenvolvimento e uma culminação.

Para exemplificar esse contexto, analisaremos, com base metodológica nas classificações feitas pela teoria dos gêneros jornalísticos, pensando sobretudo na finalidade e nas estratégias da publicação, um exemplar deste formato: a *Relação do naufrágio da Nau Conceição de que era Capitão Francisco Nobre, a qual se perdeu nos baixos*

<sup>9</sup> Sobre esse assunto, recomendamos a leitura do capítulo: CHARTIER, R. ¿Qué es un autor?. In: CHARTIER, R. Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna, Madrid: Alianza, p. 58-89, 1993.

<sup>10</sup> Apesar disso, reconhece-se que existiram diversas relações no estilo de verso poético, mas menos frequentes e muitas vezes confundindo-se com outros gêneros literários, como a literatura de cordel ibérica.

<sup>11</sup> Quizá con el desarrollo de todas estas divagaciones podamos pensar que una relación es un impreso breve de carácter informativo de carácter no periódico y de ahí que la combinación de estos elementos indicados define su condición editorial, desde su pertenencia genérica más o menos codificada donde entra lo poético, hasta su control administrativo que delimita su contenido y el desarrollo comercial de su difusión.

de *Pero dos Banhos em 22 de agosto de 1555*<sup>12</sup>. Segundo Tengarrinha (2013, p. 36), a matéria foi impressa em Lisboa, na Oficina de António Alvarez Ribeiro, provavelmente em 1557, quando um dos sobreviventes de um desventurado naufrágio conseguiu retornar da Índia para Lisboa: Manoel Rangel, a quem se atribui a autoria do panfleto. Com impressão no formato *in-quarto* e extensão de 24 páginas (Sousa, 2007, p. 26), o relato se inicia contextualizando os antecedentes da partida dos navios, contando que, em 1º de abril de 1555, houve uma missa na praia de Belém para a tripulação de cinco naus que partiriam para a Índia, nas quais iam o “capitão-mor D. Leonardo de Sousa na nau Galega, e em sua companhia as naus S. Pedro, Assunção, S. Filipe, e esta nossa mal-afortunada por nome Conceição, em que ia por capitão Francisco Nobre, e por piloto Afonso Pires, todos moradores de Lisboa” (Brito, 1998, p. 97). Nas páginas seguintes, o relato analisa que o naufrágio aconteceu provavelmente por descuido do piloto, conforme uma das naus arrebitou em uma restinga seca no Pero dos Banhos, no Oceano Índico, o que causou pavor nos tripulantes, que começaram a rezar, com “uma grita que não nos ouvíamos uns aos outros, chorando e pedindo misericórdia a Nosso Senhor de nossos pecados, com vozes tão altas que parecia que se fundia o Céu, e todos tínhamos aquela pela derradeira hora de nossa vida” (Brito, 1998, p. 99).

A partir de então, a narrativa se volta para detalhar o sofrimento dos tripulantes, que tiveram de permanecer meses em uma pequena ilha, onde lutaram por recursos e esperaram por resgate. Enquanto isso ocorria, alguns tripulantes conseguiram construir um pequeno navio com os destroços da Nau Conceição, partindo rumo à Índia para conseguir socorro. O autor da *relação*, Manoel Rangel, permaneceu na ilha, o que faz com que o texto alterne entre a primeira e a terceira pessoa, ora relatando a luta pela vida dos ilhados, ora reportando o caminho trilhado pelos navegadores, que de improviso seguiram velejando em busca de ajuda.

Se pensarmos na característica de humanização, comum nas reportagens da contemporaneidade, podemos observá-la na descrição do cotidiano dos sobreviventes na pequena ilha do Oceano Índico. Segundo o autor, foi possível reunir muitos dos suprimentos antes do naufrágio da nau; porém, seria necessário realizar um racionamento, que era comandado principalmente pelos padres e demais figuras religiosas que acompanhavam a embarcação. O controle, porém, não foi suficiente, uma vez que, após alguns meses, foi aumentando o número de tripulantes mortos:

E vendo nós que passava o tempo e que ninguém vinha por nós, logo a gente começou a adoecer e morrer, e dentro em janeiro faleceram trinta pessoas, e cada dia sepultávamos seis e sete pessoas, e não havia quem já tivesse forças para as poder enterrar, nem menos meter nas covas; que se acaso fora que o socorro viera por todo o mês de dezembro, não acharam mais mortos que seis pessoas. Se o fogo do Purgatório dá tão grandes penas nas almas, verdadeiramente que aquele o parecia, e tantos eram os que jaziam doentes como os que andavam em pé (...). Aos doentes sempre tivemos cuidado de lhes darmos sua ração bem cozida, e assim andávamos com este trabalho; e, contudo, sempre Deus usava conosco de muitas misericórdias. Até janeiro demos à gente toda o comer cozido, e dali por diante, por não haver lenha, se dava o peixe cru, e aos doentes se dava cozido, e lho levávamos pelas choupanas, e os outros com trapos velhos e ervas o coziam; e com tudo isto nos trazia Deus a alguns em pé para remediarmos os doentes (Brito, 1998, p. 112-113).

Enfim, nos parágrafos finais, o autor relata que, após 154 mortes, os tripulantes sobreviventes foram resgatados, no mês de janeiro de 1557, em Cochim, na Índia. Lá, foram “recebidos como homens que ressurgiam do outro mundo, e vieram homens honrados, e levaram cada um seu para sua casa, e logo nos confessamos e pedimos ao Senhor nos acabasse em seu santo serviço” (Brito, 1998, p. 120).

Nesse sentido, fica claro que esta *relação* não é a simples narração de um fato, que seria a morte de mais de uma centena de pessoas em um naufrágio. Trata-se, efetivamente, de um *relato ampliado* que detalha o que aconteceu antes, durante e depois do evento, com explicações e interpretações sobre os atos dos tripulantes em alto-mar, combinadas com trechos emocionantes que visam impactar o leitor, sobretudo quando se descreve

<sup>12</sup> A reportagem está transcrita em Brito (1998), versão que usamos para a análise. Na Biblioteca Nacional Digital de Portugal, há uma digitalização do panfleto. Esta, porém, provavelmente é uma contrafação do séc. XVIII.

a cena do naufrágio. Nota-se, assim, que muitas dessas características costumam estar presentes em outros exemplares do gênero, como a *Relacion de la coronacion del serenissimo rey don Fernando rey de Ungria y de Boemia; y agora coronado de rey de Romanos*, relato impresso em Sevilha, em 1531, para descrever a coroação de um rei; a *Relación del espantable terremoto que agora nuevamente ha acontecido en la ciudad de Guatemala*, narrativa de 1541 sobre um terremoto sucedido na América Central, configurando-se como a primeira relação de acontecimento do Novo Mundo; e a *Relación de lo que hizo don Beltrán de Castro y de la Cueva en la entrada de Juan de Aquines inglés por el estrecho de Magallanes y mar del sur*, a primeira reportagem da América do Sul, impressa em 1594 para narrar a captura de um corsário inglês no Pacífico.

Nas *relações de acontecimentos*, portanto, há uma constante presença de contextualizações, explicações e interpretações, uma vez que os autores não se limitam a resumir os fatos, mas sim, a analisá-los, o que faz com que o formato ganhe características similares às das *reportagens* de hoje. Outro fator que corrobora essa aproximação está no contexto comunicacional da época; isto é, a comparação entre os diferentes modelos noticiosos da Idade Moderna: de um lado, os *avisos* e as *gazetas* faziam resumos breves de diferentes eventos, com discursos que remetem ao atual estilo das *notas* e *notícias* dos jornais diários; de outro, as *relações* articulavam uma diegese narrativa interpretativa e literária, como hoje encontramos nas *grandes reportagens* e nos *livros-reportagem*.

Nesse sentido, é interessante observar que os gêneros editoriais da Idade Moderna inclusive tinham o costume de dialogar entre si: era comum, por exemplo, as *gazetas* mencionarem outras *relações* e resumirem o seu conteúdo, indo de páginas para pequenos parágrafos de extensão. Do mesmo modo, o inverso também ocorria com frequência, uma vez que muitas *relações* se dedicavam a ampliar a narração de eventos previamente veiculados em *avisos* e *gazetas*. Tais detalhes, combinados a propósitos que Sousa (2007) considera próximos ao jornalismo contemporâneo, como o lucro através da venda de informação, o discurso informativo (mesmo que dramatizado) e a distribuição relativamente ampla, fazem com que as *relações de acontecimentos* ocupem um posto importante na história do jornalismo, destacando-se com o seu modo de organização discursiva caracterizado por relatos ampliados. Essas características, de fato, aproximam as *relações de acontecimentos* ao atual formato das *reportagens*, ainda que os modelos estejam separados por séculos de distância.

## Gêneros noticiosos em comparação

O presente trabalho, em síntese, buscou desenvolver o prenúncio de uma ideia que havia sido abordada, de forma superficial, por Ettinghausen (1992) e Guillamet (2012). Enquanto o primeiro pesquisador, ao estudar a Guerra dos Segadores (1640), argumentou que as *relações* produzidas em catalão sobre os conflitos bélicos poderiam ser consideradas como um dos primeiros exemplares das *grandes reportagens* de guerra, o segundo pesquisador, ao projetar um olhar contemporâneo para a Espanha do século XVII, observou uma epifania dos meios de comunicação da época, com gêneros similares aos atuais:

Os mais genuínos gêneros jornalísticos – não teorizados como tal até meados do século XX – já estão presentes na imprensa não periódica anterior às gazetas semanais conservadas de Volfembutel e Estrasburgo, que habitualmente consideramos a origem dos jornais. A notícia, como o registro dos fatos acontecidos, nutre, desde o começo, as páginas das gazetas ocasionais que, desde os meados do século XVI, se publicam nas principais cidades e mercados para uma clientela interessada nas novidades sobre o governo e as guerras. A reportagem, como relato vivo dos acontecimentos, preenche as folhas com tom mais desenvolvimento para alimentar o lazer e a fantasia da população. [...] Combinada com as lendas e a fabulação, os relatos que antecedem a reportagem se perdem, aparentemente, nas páginas subvalorizadas dos *canards* e sobrevivem à margem do sistema até reaparecer nos diários populares do século XIX (Guillamet, 2012, p. 263-264, tradução nossa<sup>13</sup>).

Em tom de conclusão, queremos salientar que o aprofundamento de tais aproximações conceituais e temporais entre as *relações de acontecimento* e as *reportagens* não foi pensado somente para confrontar o passado e o presente, mas também para refletir sobre a ideia de que os *formatos* e *gêneros* atuais do jornalismo não surgiram ao acaso, muito pelo contrário. No entendimento do trabalho, há sinais que demonstram o “aprimoramento de um processo que tem raízes na própria constituição da imprensa dos séculos passados” (Marques de Melo; Assis, 2016, p. 52), permitindo-nos observar similaridades na cronologia da prática.

Por isso, acreditamos que as *relações de acontecimentos*, um gênero editorial que surgiu antes mesmo da profissão jornalística, podem ser consideradas, em um sentido estrito, antepassadas das *reportagens*, com similaridades no relato ampliado dos acontecimentos, apresentando os antecedentes e analisando detalhadamente eventos de interesse público. Com essa comparação, observamos um processo ressaltado por Robert Darnton (2010, p. 98), que é o fato de que o jornalismo adquire suas formas sob a influência de técnicas que são herdadas da *arte de contar histórias*, uma prática milenar que acompanha a humanidade desde os tempos da caverna e que incorporou contornos históricos no decorrer dos séculos.

<sup>13</sup> Los más genuínos géneros periodísticos, no teorizados como tales hasta mediados del siglo XX, ya están presentes en la prensa no periódica, anterior a las gacetas semanales conservadas de Wolfenbutel y Estrasburgo en 1609, a las que nos remitimos habitualmente como origen de los periódicos informativos. La noticia, como registro de los hechos acaecidos, nutre desde de un comienzo las páginas de las gacetas no periódicas que, desde mediados del siglo xvi, se publican en las principales ciudades y mercados para una clientela interesada especialmente en las novedades relativas al gobierno y a la guerra. El reportaje, como relato vivo de los acontecimientos, llena las hojas de tono más desenvuelto destinadas a alimentar el esparcimiento y la fantasía de la población (...). Mezclado con la leyenda y la fabulación, el relato que antecede al reportaje se pierde aparentemente en las páginas minusvaloradas del canard y sobrevive al margen del sistema hasta reaparecer en los diarios populares del siglo XIX.

## Referências

- BRITO, B. **História trágico-marítima**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2019.
- CHARTIER, R. **Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna**. Madrid: Alianza, 1994.
- DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DÍAZ NOCI, J. “Las raíces de los géneros periodísticos interpretativos: precedentes históricos formales del reportaje y la entrevista”. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, Madrid, n. 6, p. 135-152, 2000.
- DOOLEY, B; BARON, S. **The politics of information in Early Modern Europe**. Londres: Routledge, 2001.
- ERBOLATO, M. “As categorias do jornalismo”. In: MARQUES DE MELO, J; ASSIS, F (org.). **Gêneros jornalísticos: estudos fundamentais**. Rio de Janeiro: Editora PUCRio, 2020, p. 93-110.
- ESPEJO, C. “Un marco de interpretación para el periodismo europeo en la primera Edad Moderna”. In: CHARTIER, R. y ESPEJO, C. (ed.). **La aparición del periodismo en Europa**. Comunicación y propaganda en el Barroco. Madrid: Marcial Pons Historia, 2012, p. 103-126.
- ETTINGHAUSEN, H. “La Guerra dels Segadors y la prensa”. In: **Actas del X Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas**, Barcelona, 1992, vol. 2, p. 915-920.
- ETTINGHAUSEN, H. “Relaciones internacionales: las relaciones de sucesos, un fenómeno paneuropeo”. In: GARCIA LÓPEZ, J. y BOADAS, S. (ed.): **Las relaciones de sucesos en los cambios políticos y sociales de la Europa Moderna**. Barcelona: Bellaterra, 2015, p. 13-27.

FEBVRE, L; MARTIN, H. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Edusp, 2019.

GUILLAMET, J. “Las bases históricas del periodismo: una mirada actual sobre la prensa del barroco”. In: CHARTIER, R. y ESPEJO, C. (ed.). **La aparición del periodismo en Europa**. Comunicación y propaganda en el Barroco. Madrid: Marcial Pons Historia, 2012, p. 263-276.

INFANTES, V. “¿Qué es una relación? Divagaciones varias sobre una sola divagación”. In: **Las relaciones de sucesos en España (1500-1750)**. Madrid: Universidad de Alcalá, 1996.

KAYSER, J. **El periódico**: Estudios de morfología, de metodología y de prensa comparada. Quito: CIESPAL, 1961.

LEANDRO, P; MEDINA, C. “Jornalismo e interpretação”. In: MARQUES DE MELO, J; ASSIS, F (org.). **Gêneros jornalísticos**: estudos fundamentais. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2020, p. 63-81.

LÓPEZ HIDALGO, A. **Generos periodísticos complementarios**: Una aproximación crítica a los formatos del periodismo visual. México: Alfaomega, 2009.

MARQUES DE MELO, J. **História do Jornalismo**: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.

MARQUES DE MELO, J; ASSIS, F. “Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório”. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 1, jan./abr., 2016, p. 39-56.

MARQUES DE MELO, J. “Conceito, categorias e gêneros do jornalismo”. In: MARQUES DE MELO, J; ASSIS, F. (org.). **Gêneros jornalísticos**: estudos fundamentais. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, p. 119-166, 2020.

MARQUES DE MELO, J. Gêneros do jornalismo cultural: retrato das transformações. In: MARQUES DE MELO, J; ASSIS, F. (org.). **Gêneros jornalísticos**: estudos fundamentais. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2020, p. 201-218.

MARTÍN VIVALDI, G. **Géneros periodísticos**: reportaje, crónica, artículo (Análisis diferencial). Madrid: Paraninfo, 1981.

PARRATT, S. **Géneros periodísticos en prensa**. Quito: CIESPAL, 2008.

PEUCER, T. “Os relatos jornalísticos”. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1 n. 2, 2004, p. 13-30.

SOUSA, J (coord.) **A génese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2007.

SOUSA, J. “Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo”. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1 n. 2, 2004, p. 31-46.

TENGARRINHA, J. **Nova História da Imprensa Portuguesa**: Das origens a 1865. Lisboa: Temas e Debates, 2013.

WEILL, G. **El periódico**: Orígenes, evolución y función de la prensa periódica. México: Uteha, 1962.